

UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DE ATRAVESSADORES E COOPERATIVAS DE AGRICULTORES NA PRODUÇÃO DE MAMONA NO SEMIÁRIDO BAIANO¹

Alynson dos
Santos Rocha
Doutor em Geografia e
mestre em Economia, pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professor adjunto da
Faculdade de Economia da
Universidade Federal da Bahia.
alynson@ufba.br.

ESTE ARTIGO tem como objetivo analisar a atuação de atravessadores e cooperativas de agricultores na dinâmica da produção e comercialização da mamona no semiárido baiano. Analisa-se o caso da produção no município de Morro do Chapéu entre os anos de 2015 e 2017, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB). A iniciativa do governo federal, conjuntamente com a participação de diversas instituições – capitaneadas pela Petrobras – no início dos anos 2000 implantou instrumentos e estratégias que privilegiavam o agricultor familiar em todas as regiões do país. A obrigatoriedade de aquisições oriundas da agricultura familiar pelo segmento processador das matérias-primas, aglutinadas sob o selo combustível social (SCS), as ações para garantia de mercados e assistência técnica aos agricultores

¹ Este trabalho é derivado da tese de doutoramento “Agrodiesel e sistemas de produção de mamona no município de Morro do Chapéu (Bahia), safra 2015-2016”, defendida em setembro de 2017, no Instituto de Geociências da UFBA, pelo autor, para obtenção do grau de doutor em Geografia.



e a definição de um cronograma de adições de agrodiesel aos combustíveis fósseis pareciam conduzir o programa a resultados positivos. Tais resultados atenderiam demandas antigas dos agricultores, particularmente a inclusão de áreas então bastante fragilizadas socioeconomicamente.

Pretende-se aqui fazer um breve retrospecto das ações do PNPB, resgatando as situações enfrentadas, como a dominação da produção de agrodiesel no Brasil por grandes complexos graníferos (soja) e sucroalcooleiros (cana-de-açúcar), além questões produtivas mais imediatas, a exemplo das estiagens prolongadas que afetam a produção agrícola no semiárido brasileiro e baiano em particular. Some-se o gradual vácuo das ações das instituições oficiais ligadas ao PNPB – Petrobras e sua subsidiária, a PBio – e das cooperativas locais, o que reforçou a atuação do atravessador na dinâmica da produção e, principalmente, na comercialização da mamona. É consenso que a formalização das atividades no âmbito do PNPB pretendia enfraquecer a ação dos atravessadores. Entretanto, essa mesma formalização (burocratização) das relações de produção/comercialização da mamona é apontada como elemento fortalecedor desses intermediários (geralmente informais, porém de alcance mais ágil), levando a quebras de contrato entre agricultores, Petrobras e PBio e restringindo ainda mais a participação dessas últimas.

Portanto, o agrodiesel de mamona, apesar do PNPB, não foi capaz de eliminar completamente a figura do atravessador na dinâmica produtiva. Fornecendo crédito rápido aos agricultores, máquinas e equipamentos e, não raro, responsabilizando-se pela comercialização da produção, esse personagem consegue não apenas permanecer atuando como, frequentemente, intensificar sua prática, em resposta às lacunas deixadas pelos órgãos oficiais. Cooperativas de agricultores familiares têm o importante papel de disseminação das exigências e assistências técnicas da produção, das sementes selecionadas à disposição das lavouras – funções exercidas também por instituições privadas. Entretanto, ao enfrentarem dificuldades gerenciais, administrativas e financeiras, as cooperativas restringem suas atividades e, frequentemente, apenas indicam a representantes de instituições privadas (e/ou aos atravessadores) a existência de mamona a ser comercializada, pois a falta de recursos as impede de captarem a produção em áreas distantes das sedes municipais e, conseqüentemente, com custos logísticos elevados.

ANTECEDENTES: O PNPB E A PRODUÇÃO DE MAMONA NO SEMIÁRIDO BAIANO

Bastante analisado por diversos autores em diferentes áreas do conhecimento, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis

(PNPB), elaborado em 2004 e executado pelo governo federal em conjunto com diversas instituições e representações da sociedade civil, apresenta inovações em relação a programas anteriores de popularização de agrocombustíveis, na trajetória recente do tema no Brasil (notadamente o Proálcool, ainda nos anos 1970-80). Dentre as inovações destacam-se o calendário de adições obrigatórias de biodiesel ao diesel mineral, com clara motivação de incentivar o mercado, criando novas demandas; o estabelecimento de leilões para a comercialização dos combustíveis; e um conjunto de benefícios e desonerações fiscais objetivando expandir também a participação das indústrias processadoras. A presença da Petrobras, sua subsidiária Petrobras Biocombustíveis (Pbio), além da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outras instituições envolvidas, significaria, em um primeiro momento, real possibilidade de êxito do PNPB.

Dentre os eixos de atuação do programa destaca-se o incentivo à agricultura familiar. A elaboração e a execução das normas e requisitos do chamado selo combustível social (SCS) foram instrumentos primordiais para o alcance dos objetivos socioeconômicos do programa estatal. O apelo foi direcionado especialmente aos agricultores do Norte, do Nordeste e do semiárido, incluindo o norte do estado de Minas Gerais. A viabilização econômica da agricultura em áreas fragilizadas do país ganhou espaço e esforços, especialmente dos agentes públicos. Ações subjacentes orientaram-se por esse objetivo: criação e garantia de mercados, oferta de assistência técnica, fortalecimento de associações, sindicatos e, principalmente, de cooperativas de agricultores familiares, além da exigência do SCS para as indústrias processadoras.

No primeiro quinquênio após a implantação do programa, as análises indicaram que os objetivos iniciais em relação à agricultura familiar dificilmente seriam alcançados. O agrodiesel de soja e o agroetanol de cana-de-açúcar dominavam os circuitos produtivos primários, como atestaram os resultados oficiais dos leilões da ANP. Ademais, a complexidade do tema, assimetrias de interesses – perceptíveis ainda no momento de discussão do conjunto de ações do programa – e a própria discrepância de entendimento do papel (e formas de inclusão/integração) do agricultor familiar diante dos agrocombustíveis contribuíram para os resultados observados a partir de 2009.

Os complexos soja e sucroalcooleiro, dominantes historicamente nas grandes lavouras brasileiras, ampliaram esse domínio com a emergência

Dentre as inovações destacam-se o calendário de adições obrigatórias de biodiesel ao diesel mineral, com clara motivação de incentivar o mercado, criando novas demandas; o estabelecimento de leilões para a comercialização dos combustíveis; e um conjunto de benefícios e desonerações fiscais objetivando expandir também a participação das indústrias processadoras

As grandes vitrines do PNPB - as pequenas e médias agriculturas de base familiar do Norte e Nordeste - padeciam com a produtividade aquém do necessário dos sistemas extrativistas e com estiagens severas e prolongadas

dos agrocombustíveis. O cronograma de adições de biodiesel até 2019 e as alterações na legislação do SCS e dos leilões da ANP reforçaram essa percepção. Acrescente-se a isso a criticada capacidade de atendimento às demandas de combustível pela agricultura familiar, devido às conhecidas dificuldades produtivas, dispersão de agricultores, nível técnico reduzido, custos elevados e pouca integração com os mercados. Some-se ainda o baixo conhecimento e compreensão dos mecanismos para o funcionamento do programa. Os resultados gerais congregam, além da soja como matéria-prima básica, a concentração das unidades processadoras (e da aquisição de biodiesel) no centro-sul do país e a queda acentuada da participação de famílias nos arranjos do SCS, especialmente no Nordeste.

As grandes vitrines do PNPB – as pequenas e médias agriculturas de base familiar do Norte e Nordeste (especialmente no semiárido) – padeciam com a produtividade aquém do necessário dos sistemas extrativistas e com estiagens severas e prolongadas. A disposição das cadeias produtivas de oleaginosas e suas condicionantes climáticas e mercadológicas (e a dinâmica dos interesses dos agentes relacionados) naquelas regiões pareciam explicar os resultados pouco exitosos do agrodiesel – particularmente da mamona. Algum vislumbre positivo ocorreu em áreas onde a intervenção da PBio no fornecimento de assistência técnica e recursos para os tratamentos culturais era consistente com as necessidades locais/regionais. Dessa constatação depreende-se a fundamental participação do Estado na viabilização do programa e as preocupações com a saída da Petrobras do comércio de bio e agrocombustíveis, resultado da conjuntura adversa que a estatal de petróleo e gás enfrentou a partir de 2013.

Na Bahia, as observações são semelhantes. Após um primeiro momento de euforia (incluindo alternativas como o dendê), a realidade dos diagnósticos da agricultura familiar (produção primária, organização de agricultores, itinerários técnicos e circuitos de comercialização) impôs-se como limitante ao desempenho do PNPB no estado. Ações complementares no âmbito de secretarias estaduais – a exemplo da Rede Baiana de Biocombustíveis (RBB), Probiodiesel Bahia, Agroenergia Familiar e Bahia Biocombustíveis (Bahiabio) – apresentaram instrumentos e mecanismos com objetivos gerais próximos aos do programa federal. A queda da participação da agricultura familiar baiana nos arranjos do SCS e a consequente redução do volume de biodiesel adquirido revelaram a dificuldade da manutenção das ações do PNPB e demais programas no estado, expondo restrições (produtivas, econômicas e agrônômicas), entraves e desvirtuamento de objetivos locais.

ATUAÇÃO DE ATRAVESSADORES E COOPERATIVAS NA COMERCIALIZAÇÃO DA MAMONA

O vácuo deixado pela redução da participação da Petrobras na liberação de recursos para a lavoura de mamona contribuiu para a permanência de personagem bem conhecido e atuante na região: o atravessador.

O vácuo deixado pela redução da participação da Petrobras na liberação de recursos para a lavoura de mamona contribuiu para a permanência de personagem bem conhecido e atuante na região: o atravessador. Esse agente teve sua prática restringida com a chegada do agrodiesel, pelo estabelecimento de canais formais de fomento e comercialização (bancos, empresas privadas e cooperativas de agricultores familiares) mediados pela PBio. Tratou-se da tentativa de desconstruir uma relação operando há décadas na região. No entanto, os canais que, inicialmente, funcionaram como alternativa para o agricultor, revelaram-se engessados pelas formalidades dos trâmites relacionados à produção. Essa situação permitiu e mesmo ampliou a atuação do atravessador.

De fato, a disponibilização de recursos de forma imediata aos agricultores, sem exigências documentais, no momento da preparação dos solos e dos tratamentos culturais iniciais, conferiu vantagens ao trâmite informal quando comparado à necessidade da intermediação de bancos oficiais – frequentemente distantes da residência ou unidade produtiva do agricultor. Tratando-se de agricultor ou comerciante com livre trânsito ou residindo nos povoados e/ou distritos, as negociações para a liberação dos recursos, prazos e formas de pagamentos eram feitas pessoalmente e com bastante agilidade. Muito diferente dos prazos negociados em agências bancárias oficiais, com gerentes e administradores pouco habituados às realidades e peculiaridades locais, incluindo-se o tempo para aprovação de crédito, depósito em conta e finalmente acesso do agricultor.

Esse quadro também era observado no momento de beneficiamento da mamona. A proximidade do atravessador facilitava o fornecimento do maquinário necessário (a bateadeira) para a separação das sementes após a secagem. Gerava-se o compromisso, informal, evidentemente, entre o agricultor “fidelizado” e o atravessador. Na etapa de comercialização, observava-se quadro semelhante. Ao trabalhar com pagamentos em moeda corrente e com capacidade de recolhimento rápido da produção – devido ao pleno conhecimento das estradas e de suas condições de rodagem –, o atravessador provia a liquidez desejada pelo agricultor, que, assim, podia realizar seus gastos cotidianos. No trâmite formal, era preciso aguardar a decorrência de prazos das ordens de pagamento da PBio – em média, 72 horas, com alguns relatos de até sete dias, no caso das cooperativas –, nem sempre em sincronia com o cronograma de gastos do agricultor.

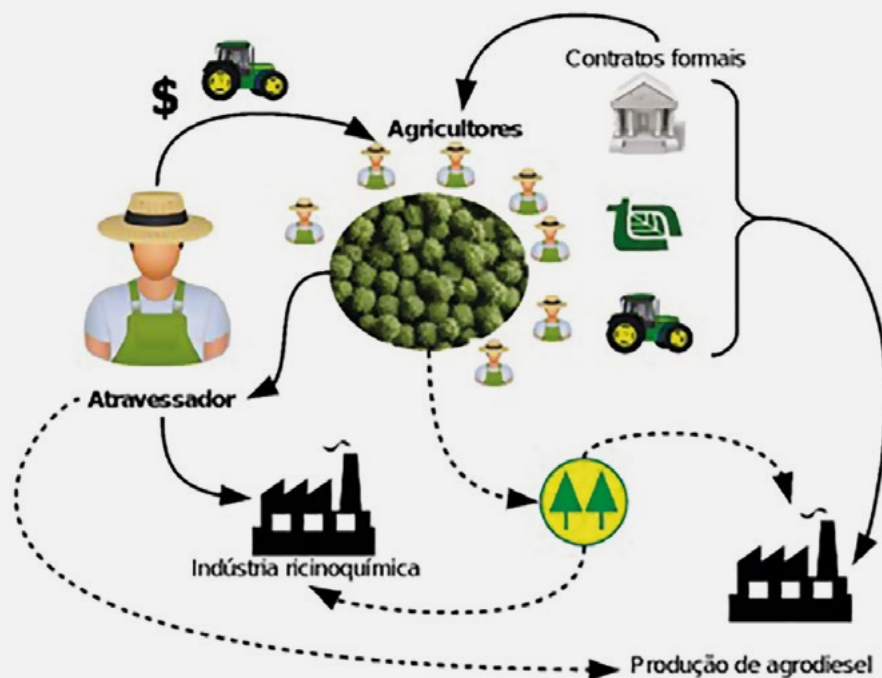
Os agricultores que não enfrentaram perdas totais das lavouras e não conseguiram armazenar a produção buscaram a venda com o objetivo de saldar gastos cotidianos da família

Com relação aos preços é possível destacar dois comportamentos do atravessador. Aproveitando-se da necessidade de recursos de parcela significativa de produtores, relatava-se a pressão para baixo dos preços pagos pela saca de mamona. Com a chegada do agrodiesel, criou-se a necessidade de considerar os preços oficiais. Assim, o segundo comportamento remete à prática de oferecer preços mais elevados, objetivando desviar a produção com venda “comprometida” formalmente para o circuito informal de comercialização. Note-se que, aparentemente, não havia preocupação dos produtores com relação ao destino da mamona produzida (agrodiesel ou ricinoquímica). A necessidade de recursos imediatos em cenário adverso (seca) catalisa essa observação. Os agricultores que não enfrentaram perdas totais das lavouras e não conseguiram armazenar a produção buscaram a venda com o objetivo de saldar gastos cotidianos da família. Mesmo na situação de contratos firmados, com obrigações definidas, verificavam-se vendas aos atravessadores. Os agricultores que conseguem armazenar sacas de mamona e aguardar melhoria da conjuntura de preços para alçar maiores rendimentos apresentavam alguma resistência, celebrando vendas formais ou informais, desde que com preços julgados favoráveis. Essa condição, porém, não era acessível a todos os agricultores, reservando-se apenas aos mais capitalizados, geralmente com outras fontes de renda (inclusive não agrícolas).

A alternativa produtiva do agrodiesel de mamona não foi capaz de eliminar a presença do atravessador do circuito produtivo em Morro do Chapéu. Exercendo as funções de banco, provendo recursos à lavoura; de cooperativa, ao fornecer maquinário para o beneficiamento da produção; e captando a produção espacialmente dispersa, sem as exigências, prazos e carências das instituições oficiais, o atravessador conseguiu sobreviver. Ainda que as instituições formais fornecessem recursos, assistência técnica, máquinas e equipamentos, não possuíam a agilidade nos momentos cruciais da venda e pagamento, sendo frequentemente preteridas em favor da comercialização informal. O atravessador, dessa forma, dependendo da conjuntura de preços e condições de pagamento, pôde comercializar a mamona adquirida tanto para a indústria ricinoquímica quanto para a produção de agrodiesel, sendo apontado como o agente concentrador dos reais ganhos com a produção. Na Figura 1, resume-se a presença e atuação do atravessador no circuito produtivo da mamona em Morro do Chapéu.

Com relação às cooperativas de agricultores familiares, é possível identificar dois momentos distintos em Morro do Chapéu e região no contexto do agrodiesel de mamona. Em um primeiro momento, até 2013, as cooperativas eram responsáveis pela intermediação da comercialização da mamona entre agricultores e empresas processadoras e, principalmente, pelo provimento da assistência técnica agrícola aos cooperados. A partir de 2014, a Petrobras

Figura 1
O atravessador no circuito produtivo da mamona em Morro do Chapéu (BA)



Fonte: ROCHA (2017).

Biocombustíveis (PBio) passou a operar com o sistema de unidade técnicas de demonstração (UTD). As cooperativas, muitas passando por dificuldades financeiras, com problemas de gestão e de (re)construção de identidade junto aos agricultores (o sistema de comprovação de assistência por meio de laudos assinados, por vezes sem o efetivo serviço prestado, foi uma crítica citada durante as entrevistas), intermedeiam compras e vendas de mamona, mas simultaneamente à ação mais intensiva e ágil de empresas privadas. A atuação direta de funcionários de empresas privadas compradoras de mamona junto aos agricultores nos diversos povoados, negociando preços, quantidades e condições de entrega e transporte da mamona, aparentemente ocupando o papel das cooperativas, foi uma situação comum observada durante a pesquisa de campo. Note-se que essas negociações são feitas também com a participação dos atravessadores, que podem estocar as quantidades de mamona adquiridas e, aproveitando a conjuntura favorável de preços, vender às empresas.

As cooperativas na região (nesse caso também incluindo a praça Irecê) tomaram contato com o biodiesel de forma mais intensa no biênio

O agricultor, pela necessidade de renda imediata, comercializa o produto, sem preocupação com o destino da mamona, como observado após as análises da composição das rendas nos seis tipos de sistemas de produção identificados

2009-2010, quando foram efetuadas reuniões entre gestores, cooperados e a PBio objetivando implantar metodologia, definir agentes, papéis e ações para iniciar a produção. As primeiras eram de ordem organizacional, para (re)cadastro dos cooperados, incluindo novos membros, entre pequenos agricultores familiares possuidores da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), exigência básica para participação no programa estatal. Os compromissos estabelecidos foram o fornecimento de sementes (nordestina e paraguaçu) pela PBio e a venda da produção exclusiva à empresa pelos agricultores cadastrados. Os custos com assistência técnica (pagamentos dos técnicos agrícolas) eram cobertos pela PBio, encarregando-se a cooperativa da contratação e execução das ações técnicas junto aos agricultores. Em síntese, essas eram as articulações identificadas nos momentos iniciais do agrodiesel de mamona.

Os sinais de dificuldades desse modelo apareceram quando se constatou que o pequeno agricultor, mesmo com o compromisso firmado com a PBio, não tinha como fornecer as quantidades de mamona contratadas (em sacas de 60 kg). A produção, não raro, era de pequenas quantidades, para parcelas de agricultores (uma ou duas latas de 5 a 10 litros), e havia ainda forte presença do atravessador. Como visto anteriormente, esse personagem atua muitas vezes financiando as áreas plantadas de mamona. Ao fazê-lo, gera vínculo do produtor com o atravessador, em detrimento do contrato firmado com a PBio. Reforça-se que essa situação permanece devido ao acesso prejudicado às linhas de crédito oficiais pelo histórico de endividamento generalizado dos agricultores, relatado pelos informantes-chave.

As cooperativas gradualmente não conseguem fazer as compras junto aos agricultores e honrar os acordos com a PBio. O agricultor, pela necessidade de renda imediata, comercializa o produto, sem preocupação com o destino da mamona, como observado após as análises da composição das rendas nos seis tipos de sistemas de produção identificados. Esse fato gerou a necessidade de as cooperativas estabelecerem acompanhamento do processo de compra de forma mais próxima às áreas produtoras, criando, em alguns locais, uma espécie de entreposto/atravessador diretamente ligado às associações locais de produtores, e estas, às cooperativas. O objetivo é garantir mamona e cumprir quantidades e prazos contratados. Os recursos para as compras, liberados pela PBio, são repassados às cooperativas, que, posteriormente, efetuam as compras. Nesse momento, outro problema é citado como importante e definidor da atuação das cooperativas. Os recursos liberados antecipadamente pela PBio baseiam-se em preços que, frequentemente, não correspondem ao praticado em campo. Exemplificando essa situação, têm-se recursos liberados considerando o preço da saca de 60 kg em R\$ 72,00. No momento da compra junto aos

agricultores, verificou-se que o preço oscilou para R\$ 80,00. O compromisso de entrega força a cooperativa a assumir a diferença, gerando endividamento, que, segundo os entrevistados, algumas cooperativas enfrentavam ainda em 2016. O estabelecimento de contratos a partir das quantidades entregues – e não de preços fixos para a saca de mamona – evitaria as discrepâncias de preços, neutralizaria a ação dos atravessadores e não impactaria negativamente as disponibilidades financeiras das cooperativas, causa primeira do endividamento que afeta o desempenho de suas funções.

Consequência direta desse endividamento, a redução do contato mais próximo com o agricultor para a compra fortalece a ação do atravessador. Há ainda o custo para recolher a mamona em localidades distantes – o povoado Olhos D'Água, em Morro do Chapéu, por exemplo, dista 80 km da sede do município, onde estão os armazéns das cooperativas. Com isso, passou a não compensar o deslocamento para recolher baixas quantidades de mamona. A logística primária emerge como entrave à dinâmica do agrodiesel.

O grau de limpeza da mamona entregue também é gerador de prejuízos para as cooperativas. Relata-se que o índice de impurezas aceitável pela PBio oscila entre 5% e 10% em peso. Esse índice é superado facilmente, pois muitos agricultores não possuem o maquinário necessário à etapa de “bateção” (separação e limpeza das sementes). A baixa quantidade de mamona pré-processada não justificaria a aquisição dessas máquinas individualmente. Some-se a isso a prática usual de secar a mamona ao sol e no chão da unidade produtiva antes da “bateção”, aproveitando a deiscência da nordestina ou da paraguaçu. Assim, o produto chega às cooperativas com terra, fragmentos de galhos, folhas e cascas, pedras pequenas e grandes – estas muitas vezes adicionadas para interferir no peso final da saca e, supostamente, gerar mais renda ao produtor. Tornou-se necessário refazer a limpeza da mamona antes da entrega. Máquinas e equipamentos foram adquiridos para a tarefa, comprometendo os balanços contábeis das cooperativas. Situação extrema do nível de impureza acima do permitido, o retorno de caminhões carregados de mamona de Feira de Santana gerou dois efeitos: o primeiro, mais imediato, é o não pagamento pela carga, com mais gastos com o transporte sendo absorvidos pela cooperativa; outro, mais dilatado no tempo, é o registro negativo da cooperativa junto às empresas compradoras da mamona, com eventuais descontos nos preços praticados pela saca.

A perspectiva do agrodiesel, simultaneamente à irregularidade de chuvas, reforçou nas cooperativas a orientação pelo fim do consorciamento entre lavouras. A tradicional associação de culturas (mamona, feijão e milho) foi substituída por lavouras solteiras. Aparentemente, o feijão, constatando-se

O grau de limpeza da mamona entregue também é gerador de prejuízos para as cooperativas. Relata-se que o índice de impurezas aceitável pela PBio oscila entre 5% e 10% em peso

O pousio de terras, prática bastante conhecida, enfrenta resistências na medida em que inviabiliza a produção em momentos de maior necessidade de geração de renda pelo agricultor, no cenário de seca prolongada, como em Morro do Chapéu

perdas significativas de produção, não mais figura entre os objetivos do agricultor. Na tipologia de sistemas de produção identificada e estudada, a lavoura de feijão aparece invariavelmente atrelada a perdas totais ou baixa produção, descartando-se a comercialização. A associação apenas entre mamona e milho é inviável do ponto de vista agrônômico, pela competitividade por nutrientes e umidade do solo entre as lavouras. Logo, tem-se a orientação para áreas distintas de mamona e de milho, pois ainda se observam subsistemas de criação (galinhas) para o qual se destina a produção do grão. Há um relativo consenso entre informantes-chave de que, a partir de 2010, a produção de sequeiro de mamona, milho e feijão entrou em declínio em toda a região, eliminando a prática da “plantação no pó” – semeadura antes do período das chuvas, normalmente iniciado em outubro e seguindo até dezembro, alcançando a floração das lavouras. A então certeza da regularidade pluviométrica provia a confiança do agricultor. Com as chuvas concentrando-se em janeiro, essa confiança se reduziu drasticamente, a ponto de provocar a suspensão dos plantios, especialmente de feijão e milho.

É importante ressaltar que tais alterações nas técnicas de plantio não foram imediatamente absorvidas pelos agricultores. Segundo representante de cooperativas, resistências foram observadas na adoção das “novas” práticas. O objetivo primordial da produtividade diante das exigências de volume de produção e regularidade de entrega no contexto do agrodiesel – estipuladas nos contratos – foi confrontado com hábitos de produtores, herdados ao longo de décadas de plantio. Citam-se a necessidade de “raleação”/ desbaste – processo de limpeza das leiras, evitando o aparecimento de plantas daninhas – da mamona, deixando apenas uma planta desenvolvida por cova. Isso evitaria a competição por nutrientes, possibilitando aumentar a produtividade da lavoura. Outra questão é a obediência ao espaçamento entre leiras e plantas. A variedade nordestina, por exemplo, exige espaçamento de aproximadamente 2 m entre as leiras, e entre 1,1 m e 1,5 m entre plantas, pelos mesmos motivos e com os mesmos objetivos anteriores. Some-se a isso a necessidade de conhecimento mais profundo do grau de comprometimento da fertilidade e compactação dos solos destinados às lavouras, direcionando ações de subsolagem e, conseqüentemente, dimensionando as demandas pelos equipamentos.

O pousio de terras, prática bastante conhecida, enfrenta resistências na medida em que inviabiliza a produção em momentos de maior necessidade de geração de renda pelo agricultor, no cenário de seca prolongada, como em Morro do Chapéu. A queima dos restos culturais da mamona, condenada pelos técnicos ligados às cooperativas, ainda é praticada, alegando-se o elevado custo de oportunidade (tempo) da transformação e uso

desses restos como adubo para a própria lavoura. Note-se que essa prática é reforçada pela percepção de que o adubo produzido a partir dos restos culturais (e/ou do processamento) da mamona não se traduz em melhorias à produtividade da lavoura. Ressalte-se a diminuição dessas práticas por intervenção dos técnicos das cooperativas. A quebra das resistências também se deu pelo interesse dos agricultores em participar do programa estatal de agrodiesel. A distribuição de sementes e recursos para os tratamentos culturais pela PBio facilitou a adoção das orientações técnicas.

Portanto, pode-se afirmar que, no contexto do agrodiesel, alterações nas técnicas de plantio foram capitaneadas pelas cooperativas, aproveitando-se o interesse inicial dos agentes pelo programa agroenergético estatal. As dificuldades financeiras enfrentadas pelas cooperativas, simultaneamente aos entraves da própria PBio para dar continuidade às ações, gradualmente reduziram a relação do agricultor com o agrodiesel, reforçando o desinteresse pelo destino da mamona e restringido as preocupações exclusivamente à questão do preço pago. As cooperativas passaram a atuar como indicadoras de produtores de mamona a ser adquirida por empresas privadas, em Morro do Chapéu e região (incluindo Irecê). Sem recursos para custear a logística e o transporte da mamona das lavouras dos povoados distantes, as cooperativas indicam agricultores e intermedeiam a relação de compra e venda entre agricultores e empresas. Estas, aparentemente, possuem a estrutura necessária (caminhões de pequeno e médio porte, além de técnicos) para coleta da mamona nas unidades produtivas e/ou armazéns locais, pagamento e posterior transporte da produção a Feira de Santana.

Com as operações envolvendo mamona comprometidas, relata-se o reforço em outras ações das cooperativas junto a agricultores familiares. Tem-se a compra de produtos no âmbito do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE); auxílio jurídico em processos de renegociação de dívidas dos cooperados; facilitação do acesso à renovação da DAP e a programas como o Garantia Safra, coordenado pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), instituição vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). São funções que buscam, adicionalmente, reforçar a identidade de agricultor cooperado. As exigências do agrodiesel (técnicas, produtivas e contratuais) e a formalização das práticas de comercialização da mamona, segundo agricultores, intensificaram a mercantilização das relações, afastando a percepção mais tradicional da mamona como lavoura capaz de gerar renda ao longo de todo o ano. Reitera-se que, para tanto, as mudanças teriam que ser mais profundas, como o retorno das variedades de sementes crioulas, de ciclo produtivo mais longo, em detrimento de variedades de ciclo curto, específicas para a produção de agrodiesel. A diversificação das atividades das cooperativas

As exigências do agrodiesel (técnicas, produtivas e contratuais) e a formalização das práticas de comercialização da mamona, segundo agricultores, intensificaram a mercantilização das relações, afastando a percepção mais tradicional da mamona como lavoura capaz de gerar renda ao longo de todo o ano

busca contornar essas dificuldades mais abstratas, desencadeadas a partir da destinação da mamona para a produção de agrocombustível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As ações do PNPB, capitaneadas pela Petrobras, por meio da PBio, em Morro do Chapéu, apresentam dois momentos distintos. Um primeiro momento, de entusiasmo, nos anos iniciais do programa, com a liberação de recursos para sementes, tratamentos culturais e assistência técnica, gerou expectativas positivas junto aos agricultores, que destacam o período de 2009/10 até os anos de 2013/14 como positivo, ainda que sob os efeitos da seca. A continuidade da produção estava vinculada à regularidade das chuvas, melhoria dos preços e, principalmente, ao fornecimento dos tratamentos culturais, parte das ações de fidelização do agricultor e sua produção de mamona destinada ao agrodiesel.

A formalização das relações, exigida pela nova atividade, demandou a fidelidade do agricultor nas entregas da produção. A liberação de recursos seguia trâmites que envolviam contratos, agências bancárias oficiais e prazos nem sempre condizentes com a necessidade imediata do agricultor por recursos. Essa situação permitiu a continuidade das ações dos atravessadores, que proviam recursos de forma rápida aos produtores, além de se estabelecerem como canais de comercialização ágeis, com acordos firmados no âmbito das relações interpessoais, sem formalizações, papelórios etc. A chegada do agrodiesel não conseguiu desconstruir essa estrutura bastante consolidada do circuito produtivo da mamona em Morro do Chapéu.

A atuação das cooperativas no período envolvia, além da intermediação da compra e venda da mamona entre agricultores e empresas processadoras, o fornecimento da assistência técnica às lavouras. Ao histórico de dificuldades gerenciais e contábeis enfrentadas, dos casos da utilização das cooperativas como plataforma político-partidária pessoal de parte dos coordenadores e dirigentes, some-se o impacto dos compromissos de entrega da mamona à PBio diante da liberação de recursos insuficientes com as oscilações para cima dos preços da saca da oleaginosa. O relato de crescentes dívidas das cooperativas revela que a estratégia de pagamento oficial antecipado pelas sacas frequentemente dissocia-se do que ocorre em campo.

Ademais, a produção reduzida e pulverizada de parte dos agricultores (latas de 5 a 10 litros em lugar de sacas de 60 kg), para fazer jus aos volumes requisitados para o processamento, requereria estrutura logística de pagamento, recolhimento da produção, transporte e armazenamento além das

possibilidades financeiras das cooperativas. Assim, sobressaíram-se empresas privadas e atravessadores – ainda ligados às cooperativas, que informam a disponibilidade da mamona –, responsáveis por toda a logística envolvida. As restrições das cooperativas no trato com a mamona geraram desconfianças e perda da identidade do cooperado. Compra de outros alimentos para o PNAE, fornecimento de documentos (a exemplo da DAP) e auxílios jurídicos são ações alternativas das cooperativas na manutenção de sua função primordial de suporte aos agricultores.

A inclusão de agricultores familiares e da lavoura de mamona – fortemente associada ao semiárido, geralmente fragilizado economicamente –, de entusiasmo e motivação basilar do PNPB, transformou-se, em um segundo momento, em grande frustração. A destinação da mamona, principalmente à indústria ricinoquímica, e a presença de agentes importantes nas cadeias produtivas locais, como o atravessador, pouco se alteraram com a chegada do agrodiesel e dos subjacentes mecanismos de atuação da PBio e demais empresas. A incipiente organização dos agricultores em cooperativas – ao menos nas áreas de influência da PBio – chocou-se com a necessidade de regularidade, produtividade e estrutura logística para a atividade. Some-se a isso a restrição físico-química do óleo de mamona (viscosidade), que limita a produção de agrodiesel puro de mamona, tornando necessária a adição de outros óleos vegetais para sua viabilização. Finalmente, reafirma-se que o diagnóstico da agricultura familiar no semiárido baiano, ou nordestino em geral, é de amplo conhecimento. Os objetivos produtivos, sociais e econômicos do PNPB, suas ações, mecanismos e instrumentos expuseram esses aspectos, chamando a atenção para a realidade complexa que precisa ser profundamente contextualizada, potencializando resultados das ações direcionadas a essas regiões.

REFERÊNCIA BÁSICA

ROCHA, Alynson dos Santos. *Agrodiesel e sistemas de produção de mamona no município de Morro do Chapéu (Bahia), safra 2015-2016*. 322 f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.